



A GUERRA DAS LARANJAS - OLIVENÇA - PRIMEIRA INVASÃO FRANCESA

Invasões francesas

1801: ano zero

A Revolução Francesa, de início, é bem aceita em Portugal porque já havia, nessa altura, gente de cariz mais liberal. O próprio embaixador português em Paris, no começo, sossega a rainha, dizendo-lhe que o que estava a ser feito em França era necessário e justo. Só quando a Revolução adquire outro matiz, a França começa a sua expansão e diz ser preciso destruir a Inglaterra, é que Portugal começa a alertar-se. Mais se alertou quando viu a cabeça tombada de Luís XVI. Aí as possibilidades de acordo caíram por terra. É a época em que a Europa se configura: terminam os impérios sueco e turco e formam-se novos impérios que vão governar a Europa: a Rússia, a Prússia, a Áustria e ainda duas potências importantes, a Inglaterra e a França. E são estes gigantes que se vão digladiar, aproveitando as políticas de coligações que começam nessa altura. Neste contexto, Portugal vai participar, em 1793, como um exército auxiliar da Espanha, nas, tantas vezes esquecidas, Campanhas do Rossilhão e da Catalunha. Vai começar a girar como uma subpotência neste turbilhão de interesses, tentando, através de várias manobras diplomáticas, escapar à ferocidade dos conflitos. Portugal foi constrangido a essa política. Isso não foi um erro porque também não tínhamos outra escolha. As relações com Espanha, eterna inimiga da Inglaterra, começam a alterar-se em relação a esta última, sobretudo porque a Corte espanhola está furiosa com a França, depois de ver decapitados os seus parentes. É nessa altura que surge Manoel Godoy, figura importantíssima na História portuguesa, como se pode depreender pelas inúmeras referências que faz a Portugal nas suas memórias. Após as negociações que encerraram as campanhas de Rossilhão e Catalunha (que representam o primeiro embate com o exército revolucionário francês), Godoy recebe do rei espanhol o título de Príncipe da Paz. Ora, no tratado de Basileia de 1795, que assegurou a paz entre a Espanha e a França, a situação de Portugal, que tinha participado como exército auxiliar da Espanha, fica por esclarecer e continua, teoricamente, em guerra com a França. Abre-se, até 1801, um período de uma riqueza extraordinária do ponto de vista diplomático, que eu ainda gostaria de ter tempo para estudar profundamente, em que Portugal se vai manter numa posição titubeante, tentando, como já dizia Pinheiro Chagas, agradar a «gregos e a troianos». Que havíamos de fazer? A Inglaterra, que estava sempre bem informada pelos seus serviços de espionagem, ia-nos dizendo «armem-se em vez de estarem com tretas», mas nós não nos armávamos, julgando que, através de acordos de neutralidade e do pagamento de indemnizações, nos conseguiríamos manter longe do conflito. A França, para não invadir Portugal, exigia somas brutais, que nós, nem os juros pagávamos! A Inglaterra estava, desde 1786, a braços com más colheitas, fomes e problemas no Ulster. Como é óbvio, não podia estar ao nosso serviço, e a Espanha não queria saber, como se vira em Basileia.

A partir de 1796 ficou claro que podíamos ser invadidos a qualquer momento e não podíamos contar com grande ajuda da Inglaterra. Que fazer, quando, ainda por cima, a Espanha estava de novo «feita»

com a França? Restava negociar, uma vez mais, com a França. Neste contexto, é enviado a Paris, com directrizes para fazer a paz, um diplomata notável, infelizmente muito pouco estudado, o conde da Barca, que fora nosso embaixador em Haia. Obedecendo às indicações que trazia, negoceia um tratado que consignava as grandes aspirações da França: facilidades na circulação no Norte da Amazónia, pautas aduaneiras favoráveis e expulsão dos ingleses. A Inglaterra opõe-se terminantemente. Perante a pressão inglesa, Portugal acaba por dar o dito por não dito e inviabiliza o tratado já assinado. Em resposta, o Directório francês manda meter no calabouço como um qualquer preso comum, o nosso conde da Barca...

A partir de 1799 mais se complica a situação portuguesa. É nítido que Napoleão, nessa altura, tem dois objectivos: apaziguar o que estava conquistado e conquistar o que faltava. Em 1801, Bonaparte, nomeia um exército para invadir Portugal, da mesma forma que mais tarde vai nomear um Junot, um Soult e um Massena. Desta vez vinha sob o comando do general Leclerc, seu cunhado. Entretanto, Godoy, que tinha cada vez mais poder em Espanha, (Príncipe da Paz, Generalíssimo dos exércitos espanhóis, tratamento de Alteza), para muitos até um poder não merecido, vê na invasão de Portugal uma oportunidade de brilhar e convence Napoleão a deixar que seja ele a comandar a invasão do Alentejo à frente de um exército espanhol. Os franceses ficariam estacionados ao longo da fronteira, em Ciudad Rodrigo. Esta invasão, a Guerra das Laranjas, não é mais do que a primeira invasão francesa. Conquista quase sem luta todo o Alentejo. Seguem-se negociações de paz em Badajoz. Os espanhóis entregam as praças-fortes conquistadas, menos Olivença. Nestas negociações estavam, também, representados os franceses através do embaixador em Madrid, Luciano Bonaparte, irmão de Napoleão. Napoleão fica furioso e recusa-se a ratificar o tratado, o que é mais uma fortíssima prova do envolvimento francês. Naquele momento negociava-se em Amiens um tratado com os ingleses. Como dizia Pinheiro Chagas, o tratado de Badajoz quebra-lhe «nas mãos a arma de que se estava servindo nas suas negociações com a Inglaterra». Nesta sequência, Napoleão censura em carta o seu irmão Luciano. E escreve a Tayllerland, dizendo que preferia ter perdido uma província a ter que ratificar o tratado de Badajoz. Perante isto, a invasão de 1801 foi, sem sombra de dúvida, a primeira invasão francesa.

De 1801 até 1814, estivemos sempre a defender a Península. Nessa altura houve 60 mil portugueses a combater, com actos heróicos! Ainda tem de ser estudada a epopeia militar portuguesa depois da saída de Massena, em território espanhol. Em Portugal não há dúvida de que é Guerra Peninsular. Em Espanha chama-se Guerra da Independência por uma razão: os espanhóis ainda pensaram que conseguiam colocar a família real numa das suas províncias. Como não conseguiram fazer essa manobra, perderam a independência. Nós, fomos ocupados, mas nunca a perdemos, graças aos ingleses e a D. João VI, figura tão maltratada pelos historiadores até Oliveira Martins. E que tomou uma atitude maravilhosa: o símbolo da nossa independência, a coroa, levou-a na mala para o Brasil. Outra questão de que se fala também sempre é a do saque, e esse problema vai-se pôr logo em 1807. Os franceses vinham da Beira Baixa descalços, esfomeados. Os soldados alimentavam-se do roubo, do saque. Ao contrário da Inglaterra, a França não tinha intendência, como se diz militarmente, ou seja não tinha cozinhas nem hospitais organizados. Os generais instalavam-se nos palácios e os soldados nos conventos. Muita coisa foi destruída e roubada nessa altura. Tivemos também excepções. Durante a campanha de Massena, o saque de Coimbra foi minimizado devido à existência de muitos portugueses no exército francês. Houve pilhagem, mas não tanta quanto se diz (e não só pelos franceses)... Entre os casos mais conhecidos temos o do Museu de História Natural da Ajuda, detentor de uma grande colecção científica, resultante das nossas chamadas ocupações territoriais ultramarinas, e que foi levada para França. Mas, em contrapartida, não levaram nada do laboratório criado por Pombal que tinha peças fabulosas, importadas de Londres para a universidade de Coimbra. São casos! Houve episódios, como em Alcobaça, onde soldados mais boçais, acreditando que iam encontrar ouro, usaram arpões de ferro para levantar as tampas dos túmulos de D. Pedro e de Inês de Castro. E histórias, como o roubo da Bíblia dos Jerónimos, que mais tarde Portugal recuperou. Nesse aspecto, a Convenção de Sintra (1808) acabou por legitimar o saque, e de facto, foi uma hecatombe. Tanto que os generais ingleses foram julgados em Conselho de Guerra. Como se escreveu na altura, «os vencidos ficaram vencedores!» Foi-lhes permitido levarem tudo o que queriam, até cavalos de Alter do Chão! A Convenção foi muito apressada.

Os ingleses desembarcaram arditamente em Lavos, ao lado da Figueira da Foz, em 1 de Agosto de 1808. Devido a desentendimentos entre os ingleses e a Junta do Porto, à qual obedecia o exército português, os militares lusos praticamente não actuaram. Apesar disso, as tropas inglesas saíram vitoriosas da Roliça e do Vimeiro. Wellesley, que não tinha, ainda, o comando supremo (esse estava na mão de dois outros generais, Burrard e Dalrymple) nem o pulso livre, não conseguiu aprisionar o

exército francês. Por outro lado, Junot afirmou que tinha Lisboa minada e ameaçava fazê-la ir pelos ares se não o deixassem sair em paz. O futuro Wellington teve de convencer os seus superiores a assinarem a Convenção, que daria aos franceses prerrogativas de vencedores mas em Inglaterra isso caiu muito mal.

Descubri uma coisa chamada «Papiers Péllet» que nos dão muitos pormenores. Eram os papéis que Junot levou para França e escondeu de Massena. Mais tarde, foram organizados por Jean Jaques Péllet, que foi ajudante de campo de Massena e director do arquivo de Vincennes. Entre muitas outras coisas, aqui estava documentada toda a actividade dos engenheiros franceses em Portugal. Ao estudar essa documentação fica-se a perceber que alguns erros cometidos por Massena foram devidos à sonegação de informações importantes.

Desconfio que papéis, com informações preciosas para aquela campanha, foram sonegados por inveja. Napoleão era amigo de Massena e pôs sob as suas ordens três grandes generais, entre os quais Junot e Foy, o que foi uma grande asneira... Furiosos, sonegaram-lhe informações. Mais tarde, Foy terá sido o encarregado de ir dizer a Napoleão que Massena estava liquidado em Portugal, pois não conseguia entrar em Lisboa...O mesmo Foy que dizia que Portugal é Lisboa e o resto paisagem, frase que ficou famosa.

O porto de Lisboa era muito considerado. Era o «pastel de nata dos ingleses». A plataforma portuguesa era importantíssima, tanto para a Inglaterra como para a França. Alguns franceses chegaram mesmo a dizer: «No dia em que conquistarmos Portugal podemos arvorar a bandeira francesa no centro de Londres.» Como se sabe, as coisas não correram bem para Napoleão e um dos seus erros foi ter tentado o Bloqueio Continental. Que não conseguiu, porque a Inglaterra bloqueou o Bloqueio! Estamos a falar da costa. Havia troca de informações entre pescadores e a espionagem portuguesa, que se relacionava com a esquadra inglesa. Apesar dos editais a condená-los à morte por terem «falado com os ingleses».

Houve erros estratégicos gravíssimos por parte dos franceses! Massena não só perdeu tempo a conquistar Ciudad Rodrigo, como, a seguir, foi cercar Almeida. Nessa altura já não se fazia a conquista militar das fortalezas. Era um conceito que evoluíra no século XVII, com Vauban, mas que já não se usava. Na guerra moderna, pós-prussiana, posicionava-se apenas uma guarnição à volta das fortalezas para neutralizar contra-ataques das respectivas guarnições. Ao perder meses nestes dois cercos, deu tempo aos ingleses para fazerem as Linhas de Torres, onde chega quase de Inverno. A Batalha do Buçaco é no final de Setembro. No trajecto para Lisboa já foram atingidos por chuvas terríveis. Quando as notícias chegaram a Napoleão, este ficou furioso, vendo que o exército francês não conseguia penetrar em Lisboa.

Napoleão é o parteiro da modernidade: o Código Civil, o Código Penal... Transmitiu, de facto, o ideário da Revolução Francesa. A Legião Portuguesa (os soldados portugueses incorporados à força no exército napoleónico) é um prolegómeno do Liberalismo. Alguns dos seus membros serão homens importantes no futuro movimento liberal português. É o caso do marquês de Alorna, um homem civilizadíssimo. Ele e Gomes Freire foram dos poucos oficiais do Exército com livros publicados (Gomes Freire viria a ser enforcado em São Julião da Barra). Foi publicada uma carta de Alorna, encontrada em França, em que ele diz: «Sei que estou com a cabeça a prêmio, vou ser morto em Portugal, mas actuo por patriotismo, por amor à minha terra.»

Há quem contraponha que as ideias liberais vieram de Inglaterra!... A política vem de Inglaterra, a cultura vem de França. Essas ideias vêm dos dois lados.

Napoleão considera as campanhas na Península um revés muito importante, e em Santa Helena, ele chegará a dizer: «Julgava que a conquista da Península seria um passeio. E correu-me muito mal.» Acho que a efeméride não está a ser devidamente assinalada, e lamento que não haja uma comissão nacional, como houve em 1808, que aglutinava todas as comemorações do país. Há uma comissão mas é do Ministério da Defesa. Gostaria que houvesse uma comissão nacional, aglutinadora, para não haver dispersão por autarquias e instituições. Aliás, uma coisa importantíssima que uma comissão nacional poderia gerir seria o levantamento, por todo o país, das lendas relacionadas com as Guerras Peninsulares.

GRANDES E PEQUENOS MITOS DA GUERRA PENINSULAR

Os franceses eram tenebrosos, os ingleses assim-assim e os portugueses, as suas vítimas... Visões mitificadas da história não faltam e muitas ainda estão por desmontar. Os monumentos de Lisboa (Entrecampos) e do Porto (Rotunda da Boavista) à Guerra Peninsular dão corpo a uma série de mitos respeitantes ao período 1807-1812. As mães chorando os filhos mortos no desastre da Ponte das

Barcas. O paisano que abraça a mulher violada, tendo como legenda dois versos d'Os Lusíadas: «Podem pôr-se em longo esquecimento/As cruizas mortais que Roma viu.» O grupo de militares e civis, condenado a arrastar eternamente uma peça de artilharia ladeira acima, quais Sísifos oitocentistas. O guerrilheiro que se ergue, armado, no caminho do invasor. O frade, de punhal à cinta, guardando as relíquias do reino. E, lá no alto, o triunfo simbólico do leão anglo-luso sobre a águia napoleónica, ou a figura da Vitória, incitando os combatentes com novos versos de Camões: «Armas não deixarão, enquanto a vida os não deixar...» Os portugueses não são os únicos a mitificar o que se passou há 200 anos. Na introdução de uma edição recente do conhecido «Guide du Routard» escreve-se, a propósito das Invasões, que os soldados de Napoleão «venirent toujours à bout», ou seja, acabaram sempre por superar a resistência local, o que é tudo menos uma descrição fiel do resultado das incursões de 1809, 1810 e 1812. Já que a história está condenada a ser escrita pelos vencedores, ao menos que seja bem contada. E que não haja receio de questionar ideias feitas, pois debaixo de muitas verdades tidas como absolutas escondem-se, afinal, reconstruções mentais dos acontecimentos.

Três invasões ou cinco? - Ainda que habitualmente só se considerem três invasões francesas (Junot, 1807; Soult, 1809; e Massena, 1810), poder-se-ão contabilizar mais duas. António Pedro Vicente sustenta que a Guerra das Laranjas (1801), ainda que levada a cabo por tropas espanholas, foi, na verdade, uma primeira invasão, gizada e apoiada pelos franceses, cujo exército só não interveio por não ter havido necessidade de tal, devido ao rápido colapso das praças alentejanas, sobretudo Olivença e Juromenha. Mais tarde, em 1812, Marmont, que substituíra Massena no comando da Armée du Portugal, após a mal sucedida terceira invasão, ocupa durante três semanas a faixa de terreno entre a Guarda, Sabugal e Castelo Branco. Ainda que de menor expressão, é uma, última mas incontestável, invasão francesa, conforme defende o historiador António Ventura.

A saída da Corte para o Brasil foi uma fuga desordenada ou a concretização de um plano de contingência? - Num recente encontro sobre a Guerra Peninsular promovido pelas Câmaras de Cascais e Oeiras (Setembro) ouviram-se vozes indignadas contra o livro O Império à Deriva, do jornalista australiano Patrick Wilcken. A descrição da balbúrdia do embarque no cais de Belém era vista como um crime de lesa-pátria e anunciou-se a iminente publicação de um livro sobre o tema para desafrontar a imagem lusa: ou seja, um príncipe regente esclarecido, executando uma hábil manobra para privar Napoleão de um troféu precioso, a coroa portuguesa. No outro extremo do espectro, abundante literatura oitocentista retrata D. João VI como um imbecil e a saída da Corte como um acto de cobardia. Ambas as posições pecam por manifesto exagero. Ao analisar as descrições do embarque da Corte, o historiador Manuel Canaveira, um dos intervenientes no Congresso «Guerra Peninsular, Novas Interpretações», do Instituto de Defesa Nacional (2002), compara sucessivas versões do acontecimento. E constata que, quanto mais próximos são da época, mais «objectivos» são, enquanto, quanto mais afastadas, mais «contaminados» se apresentam pelo ódio à realeza e à própria monarquia. Se a transferência da Corte para o Brasil era um plano de contingência várias vezes ensaiado em caso de ameaça militar estrangeira a Lisboa (após 1640 com D. João IV, e em 1762, com o Marquês de Pombal, aquando da Guerra dos Sete Anos), não deixou de ser executado com algum atabalhoamento. Napoleão não conseguiu aprisionar a família real, como fizera à espanhola, mas o país ficou decapitado e no caos. Sem o saber, a monarquia absoluta pregara o primeiro prego no seu próprio caixão. Até porque as ideias liberais não foram apenas trazidas pelos inimigos franceses mas pelos próprios aliados britânicos.

Ficar a ver navios (do alto de Santa Catarina) - A expressão, hoje de uso corrente para significar frustração de expectativas, ficou associada à chegada tardia de Junot a Lisboa, em Novembro de 1807. Diz a lenda que, do alto do miradouro de Santa Catarina, o general francês ficou a ver, impotente, a esquadra que transportava a Corte sulcando o Tejo. Na verdade, quando se dá a largada da frota, ainda as tropas napoleónicas não tinham passado Sacavém, pelo que o episódio é tudo menos provável.

Após a partida da Corte, o poder caiu na rua? - Com a partida de D. João VI para o Brasil, o país como que se balcanizou, emergindo uma nuvem de juntas governativas e novos poderes locais, uns contemporizando com os franceses, outros colaborando com o invasor e outros, ainda, opondo-se-lhe frontalmente. Num quadro em que não era claro que rumo seguiria o país, a partir de inícios de 1808 sucedem-se as vinganças pessoais e a perseguição às antigas autoridades a pretexto da colaboração com o invasor. Surgem grupos de guerrilha a fazer guerra por conta própria, alguns roubando os seus compatriotas, mais que combatendo o inimigo. Em Mértola, a população em fúria incendeia a Câmara, suspeita de colaboração com os franceses, e destrói parte da vila. Ao caracterizarem este período, historiadores como Manuel Canaveira ou Luís dos Santos Graça não hesitam em citar

Aristóteles e Políbio para falar em oclocracia, ou seja, exercício violento do poder pelas camadas mais baixas da população.

Enquanto o povo resistiu aos invasores, as elites colaboraram? - No quadro tumultuoso pós-chegada de Junot, a prudência era facilmente vista como sinónimo de cobardia e a adesão às ideias liberais como sinónimo de colaboracionismo. Esta última suspeita era pretexto seguro para perseguir os supostos afrancesados, retomado, de resto, 20 anos depois, com a subida de D. Miguel ao trono. Escreve Manuel Canaveira no livro editado a propósito do congresso atrás referido («Tribuna da História», 2002): «O discurso histórico sobre a cobardia dos 'optimates' que tem como contraponto o heroísmo dos plebeus, embora se baseie em casos circunstanciais, está longe de fazer jus à complexa situação social e política que se vivia.» Tais análises não são difundidas na época das invasões, mas, décadas mais tarde, «pela 'intelligentsia' que assistia, indignada, ao decadentismo português de finais de oitocentos».

Ir para o maneta - Esta frase, usada como sinónimo de perda irremediável, serve de título ao último livro de Vasco Pulido Valente. Ficou associada a um dos mais temidos generais invasores, Loison, que interveio nas três principais invasões. Tendo perdido uma mão em combates anteriores, cedo ganhou a alcunha de Maneta. A reputação de crueldade ganhou-a na repressão dos levantamentos patrióticos de Maio de 1809, nomeadamente em Évora. Manuel Canaveira, no trabalho citado, lança uma luz diferente sobre os massacres daquela cidade alentejana e sobre a personalidade de Loison.

Socorrendo-se das memórias do bispo, Frei Manuel do Cenáculo, e doutros relatos contemporâneos, o investigador enquadra o saque e os fuzilamentos nos processos de reposição da ordem em terra conquistada, usados pelos exércitos daquele tempo. Refere que o levantamento eborense antifrancês foi o que, em linguagem política se chamaria «aventureirista» (por desafiar, sem qualquer hipótese de sucesso, soldados profissionais, cuja cólera, inevitavelmente, se viraria contra os civis). Loison, tendo recebido o bispo e ouvido as suas queixas, tratou, ele próprio, de pôr termo às violências dos soldados que comandava. Conforme se relata nas memórias do prelado, quando, mais tarde, os guerrilheiros, vindos de Beja, chegaram a Évora, foram muito menos corteses para com Frei Manuel que o Maneta. Anos depois, muitos livros da Biblioteca Pública de Évora que tinham conseguido sobreviver ao saque francês estiveram novamente em perigo: no reinado de D. Miguel, foram levados para Estremoz, pelo novo arcebispo, Frei Fortunato Boaventura, que ameaçou queimar obras raras do século XVI e XVII por as considerar jansenistas e heréticas... Um outro episódio, este ocorrido em Março de 1809, durante o ataque dos franceses de Soult ao Porto, ilustra a «popularidade» de Loison. Durante um reconhecimento, o general Foy aventura-se demais e acaba preso pelos defensores da cidade. Levado sob escolta, começa a correr o boato de que o oficial capturado era o Maneta. Logo se junta uma turba para linchar o francês. Este, que já tinha estado em Portugal na primeira invasão e compreendia razoavelmente o português, apercebe-se do equívoco e ergue, bem altas, as mãos amarradas, livrando-se, assim, de ir, ele próprio, para o maneta...

Atrocidades em francês? - No imaginário luso, a passagem dos soldados de Napoleão foi acompanhada por inumeráveis horrores. Os massacres das tropas de Kellerman (Leiria) e Loison (Évora) em 1808 estão bem documentados, assim como o incêndio de Amarante, em Maio de 1809. «Nada escapa ao furor destes novos sarracenos», escreve-se num panfleto antifrancês de 1808.

Contudo, os invasores não têm o exclusivo dos actos desumanos. O general Marbot narra que, ao conquistarem o Porto, em 1809, os homens de Soult encontraram, horrendamente torturados, dezenas de camaradas seus que haviam sido aprisionados. Na retirada do Buçaco, em Setembro de 1810, Wellington mandou fuzilar portugueses e britânicos que haviam feito pilhagens em Leiria.

Contemporânea deste episódio, é a retomada de Coimbra pelas milícias portuguesas comandadas pelo coronel Trant, que se saldou pelo massacre e pelos maus-tratos de parte dos feridos franceses deixada no hospital da cidade. A retirada para as Linhas de Torres Vedras, em Outubro de 1810, teve como complemento a deslocação forçada de dezenas de milhares de civis, parte dos quais viria a sucumbir à fome e aos efeitos do terrível Inverno de 1811. Tanto mais que Wellington ordenara a política de terra queimada para deixar os invasores sem recursos. Contrastando com este quadro geral de selvajaria, o barão Marbot descreve nas suas memórias um episódio extraordinário: quando os feridos mais graves, deixados para trás pelos franceses após o revés do Buçaco, viram os frades carmelitas aproximarem-se deles, pensaram que, como em Espanha, os religiosos os iriam degolar ou martirizar. Pelo contrário, levaram-nos para o convento e trataram-nos como puderam.

Aldeias com muita gente de olhos azuis foram cenário de violações em massa pelas tropas francesas? - A resposta da ciência é um rotundo «não». Para Luísa Pereira, do Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto, querer detectar alterações nas características genéticas de uma população relacionadas com acontecimentos de há dois séculos carece de rigor: «Será preciso

decorrer muito tempo para se gerar variabilidade genética. É possível fazer inferências sobre acontecimentos demográficos ocorridos na Pré-História. Mas já é muito mais difícil estudar efeitos genéticos populacionais decorrentes de vagas migratórias mais recentes e entre populações que partilham um património genético idêntico». Ora, «do ponto de vista genético, a população portuguesa é tipicamente europeia e, portanto, semelhante à francesa». Para esta bióloga, doutorada em Genética Populacional, a presença mais significativa de pessoas de olhos azuis em certas áreas «deve-se ao facto de se tratar de localidades pequenas, onde ocorrem casamentos entre indivíduos aparentados, o que pode levar a uma maior frequência de características raras».

Saque das riquezas e destruição do património - Nunca foi feito um inventário rigoroso do que os franceses terão levado, nomeadamente com a Convenção de Sintra, que os autorizou a partir com armas e bagagens, após o fim da primeira invasão. Nem distinguido o que se perdeu em roubos e tumultos do que foi, efectivamente, levado pelos invasores. Muito menos contabilizadas, as requisições, nomeadamente de armamento e equipamentos, a favor dos aliados britânicos. A própria ida da Corte para o Brasil implicou a perda de muitas preciosidades, nomeadamente, a Biblioteca Real da Ajuda, que nunca mais regressou, dando origem à Biblioteca do Rio de Janeiro. Alguns (poucos) casos estão documentados. É o caso da famosa Bíblia de Belém, obra em oito volumes iluminados do século XV, que pertencera a D. Manuel I. Junot leva-a à força e só regressará a Portugal depois da morte dele, por pressão do governo português. Luís XVIII de França compra-a à viúva de Junot e devolve-a a Portugal.

Tia Anica ou Napoleão? - Terá a conhecida canção popular «Tia Anica de Loulé» um significado oculto? E o corridinho será mesmo algarvio? Diz-se que a canção e o género musical teriam chegado ao Algarve com os exércitos de Bonaparte. Não só porque as localidades mencionadas na letra de «Tia Anica» corresponderiam a locais de aquartelamento francês mas também porque «L'Armée du Portugal» incluía contingentes polacos, e já foram observadas relações entre o corridinho e a polca: «É perigoso fazer afirmações destas porque não há um estudo comparativo rigoroso», alerta Salwa Castelo-Branco, coordenadora do Instituto de Etnomusicologia (Universidades Nova de Lisboa, Técnica de Lisboa e de Aveiro). De resto, a polca foi muito difundida em toda a Europa. Também consta que o acordeão terá sido trazido pelos soldados imperiais, mas se estes tiveram algum papel na difusão de algum género de música e dança, eis uma questão ainda por responder. «Até porque, no domínio científico, a etnomusicologia não tem mais de 25 anos, entre nós».

A guerrilha antifrancesa em Portugal foi como em Espanha? - Após os fuzilamentos de Madrid (3 de Maio de 1808), os guerrilheiros espanhóis tornaram-se inimigos temíveis dos franceses, tornando as estradas perigosas para os invasores, dificultando comunicações e reabastecimentos. Tudo isto com um bem documentado cortejo de crueldades que incluiu oficiais franceses serrados ou queimados vivos ou soldados espancados até à morte com crucifixos. A guerrilha em Portugal foi mais espontânea, menos organizada mas nem por isso impressionou menos os estrangeiros. A fúria dos camponeses nortenhos é assim descrita pelo general britânico Napier: «Veementes na cólera e estimulados (...) pelas exortações dos seus padres, precipitam-se das montanhas como homens privados da razão e muitos irrompiam furiosamente pelos batalhões franceses, onde eram mortos. Outros (...) rodeavam as montanhas e, caindo sobre a retaguarda, matavam dezenas de soldados tresmalhados e pilhavam as bagagens». Contudo, em combates frontais contra soldados profissionais os guerrilheiros lusos poucas hipóteses tinham. Em Maio de 1809, os franceses de Soult conseguem, com audaciosos golpes de mão, conquistar as pontes da Misarela e do Saltadouro, vitais para a retirada, mas barricadas por centenas de paisanos armados. E, em 1812, às portas da Guarda, a tropa francesa põe em debandada dois regimentos de milícias e captura as respectivas bandeiras. Só na ponte de Amarante, em Maio de 1809, uma mistura de soldados regulares, milicianos e civis, comandada pelo general Silveira, conseguiu reter os franceses durante duas semanas. Seja como for, o efeito da guerrilha não foi negligenciável. Conta o barão de Tiebaut a propósito da marcha de Soult sobre o Porto, em Março de 1809: «A marcha do II Corpo pode comparar-se à de um navio no alto mar. Ao mesmo tempo que vai fendendo as ondas, estas vão-se cerrando atrás dele (...) minutos depois da sua passagem, não resta nenhum vestígio dela.»

